

2 — O nomeado, nos termos do número anterior, reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Joaquim Manuel Casmarrinha Pisco;

Licenciatura em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora, concluída em Maio de 1988, com a classificação final de 15 valores (*Bom*);

Membro da Ordem dos Engenheiros, desde Fevereiro de 1993, com o n.º 20173.

Comissões de serviço:

Chefe de divisão de Projectos e Obras na Direcção Regional do Ambiente — Alentejo, de 27 de Dezembro de 1999 a 17 de Abril de 2001;

Chefe de divisão de Infra-estruturas na Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo, desde 18 de Abril de 2001, por um ano, e em gestão corrente na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, até 30 de Abril de 2007.

Experiência profissional:

Em 15 de Julho de 1992 foi nomeado definitivamente técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação da Região Alentejo;

Integrou várias comissões de avaliação de estudos de impacte ambiental de projectos de agricultura intensiva, projectos de barragens e projectos florestais;

Integrou as comissões técnicas de acompanhamento dos Planos Directores Municipais de Portel, Redondo e Viana do Alentejo; Foi nomeado secretário do conselho de bacia do Rio Mira, por despacho da Ministra do Ambiente de 29 de Dezembro de 1995;

Acompanhou, entre 2001 e 2006, os contratos-programa celebrados com a DGOTDU e as câmaras municipais no âmbito do programa Requalificação Urbana;

Foi nomeado, em 2007, representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo na Comissão Distrital de Évora de Protecção Civil;

Coordena, na CCDR — Alentejo, os procedimentos internos para a emissão de licenças ambientais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de Agosto;

Em 5 de Janeiro de 2007 foi nomeado assessor principal do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo.

Formação profissional:

Frequência com aproveitamento do Seminário de Alta Direcção (quarenta horas), de 24 a 28 de Outubro de 2005, promovido pelo Instituto Nacional de Administração (INA).

Despacho n.º 14 496/2007

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Avaliação Ambiental da licenciada Cristina Maria Torres Martins.

2 — A nomeada, nos termos do número anterior, reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Curriculum vitae

Nome — Cristina Maria Torres Martins.

Carreira profissional e experiência profissional:

1988 — aquisição de serviços pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza;

1992 — integrou o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, exercendo funções na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo (DRARN-A), em 9 de Julho;

Pareceres no âmbito de projectos e estudos associados ao Plano de Ordenamento da Zona dos Mármore (PROZOM);

De 1992 a 2001 — emissão de pareceres nos processos de certidão de localização da actividade transformadora de rochas, processos de licenciamento do exercício da actividade industrial, no processo de licenciamento da actividade extractiva de massas minerais, nos processos de encerramento da actividade extractiva de massas minerais e aprovação de planos de recuperação paisagística de pedreiras, e ainda pareceres no âmbito dos planos regionais de ordenamento (PROT) e planos directores municipais (PDM) e das licenças de extracção de inertes no domínio hídrico;

Integra a Comissão de Acompanhamento do Plano Regional de Ordenamento da Zona dos Mármore — PROZOM;

Integra a comissão de acompanhamento, em representação da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo (DRA-AL), nos contratos de adaptação ambiental para o sector dos mármore e pedras ornamentais;

De 2001 a 2007 — nomeada em comissão de serviço no cargo de chefe de divisão da Avaliação Ambiental da DRAOT-A, por despacho do Secretário de Estado do Ambiente, em 18 de Abril de 2001;

Continua a exercer, sem interrupção até 2007, o cargo de chefe de divisão de Avaliação Ambiental da Direcção de Serviços de Gestão Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Participação em grupos de trabalho — integra a subcomissão técnica de normalização, CT 150, sobre Sistemas de Gestão Ambiental, ISO-14 001 e 14 004. Actualmente (2007), faz parte desta subcomissão técnica, tendo em 2004 pertencido ao grupo técnico que procedeu à tradução para português da versão actual da Norma ISO 14 001. Coordenação de projectos e estudos:

Programa de Levantamento, Acompanhamento e Fiscalização de Pedreiras na Região Alentejo, com duração de um ano;

Inventariação das áreas de extracção de inertes no domínio hídrico e respectiva base de dados, com duração de seis meses;

Coordenação do processo de elaboração dos planos específicos e estudo de incidências ambientais para áreas de extracção de inertes no domínio hídrico;

Coordenação de propostas de definição de âmbito e de avaliação de impacte ambiental (AIA) e dos respectivos relatórios de conformidade (RECAPE) e pós-avaliação quando a entidade regional é autoridade de AIA;

Apreciação de projectos — pareceres no âmbito dos processos de proposta de definição de âmbito e avaliação de impacte ambiental (AIA), nomeadamente sobre estudos de impacte ambiental nas áreas da indústria extractiva, indústria da energia, indústria mineral, projectos de infra-estruturas e turismo, empreendimentos turísticos, loteamentos industriais e empreendimentos agrícolas e de rega, e respectivos relatórios de conformidade (RECAPE) e pós-avaliação.

Formação académica e profissional:

1990 — licenciatura em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora, concluída em 1990, incluindo estágio curricular orientado pelo professor Gonçalo Ribeiro Telles;

De 1987 a 2005 — participou no Seminário de Alta Direcção, quarenta horas, do Instituto Nacional de Administração, Évora (2005); formação profissional de formação contínua de formadores (2002); no curso de formação de auditores de sistemas de gestão ambiental da AENOR, Barcelona, Espanha (2001), bolsa do Programa COMETT (UE), com duração de três meses, no Instituto Geológico e Geomineiro de Espanha (ITGE); na área de engenharia ambiental, análise da aplicação da legislação nacional e comunitária ao desenrolar da actividade extractiva (1996) e curso de formação de detecção remota aplicada ao ordenamento do território, com duração de noventa e noventa horas (1987).

Informação adicional — júri de concursos da Administração Pública; actividade de formadora na área da gestão ambiental desde 1995; elaboração de publicações e apresentação de comunicações desde 1987 (cerca de duas dezenas).